



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE TEIXEIRA DE FREITAS

SELEÇÃO SIMPLIFICADA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR 2017

Nome do Candidato

Assinatura do Candidato

PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL
DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL
JUIZADO ESPECIAL

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 40 (quarenta) questões.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTA que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua FOLHA DE RESPOSTAS.
- O caderno de provas poderá ser levado pelo candidato 30 (trinta) minutos antes do término da prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

1) (Ano:2017 - Banca:FCC - Órgão: TRT - 11ª Região - AM e RR - Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Uma criança pode revelar grande interesse por uma profissão os pais sonharam, mas nunca exerceram.

Preenche corretamente a lacuna da frase acima o que está em:

- a) por que
- b) de que
- c) à qual
- d) na qual
- e) com que

2) (Ano: 2017 - Banca: FCC - Órgão: TRE-SP - Prova: Técnico Judiciário – Área Administrativa)

A forma verbal empregada corretamente está na frase:

- a) Notam-se a probabilidade de problemas emocionais e de déficits de habilidades sociais.
- b) Dedicam-se ao manejo de aparelhos eletrônicos, desde a mais tenra idade, as crianças de hoje.
- c) Cercam-se de solidão e isolamento uma vida reclusa ao mundo virtual de atualizações de status.
- d) Findaram as discussões profundas, com as quais poderia se enriquecer os anos de universidade.
- e) Interpretam-se, com dificuldade, comportamentos alheios frente a frente, em tempo real.

3) (Ano: 2015 - Banca: FCC - Órgão: TRT - 3ª Região - MG - Prova: Técnico Judiciário - Área Tecnologia da Informação)

A frase escrita corretamente, no que se refere ao emprego dos sinais de pontuação, é:

- a) A aula de Xiaomei a professora robô, foi organizada a partir de um programa de computador chamado PowerPoint e apresentada, aos alunos da Universidade Jiujiang.
- b) A Universidade Jiujiang fica na província chinesa de Jiangxi; e foi lá que ocorreu a aula dada por uma professora robô, Xiaomei.
- c) Xiaomei a professora-robô, gesticulava com seus braços articulados e se deslocava pela sala. Enquanto ensinava a lição.
- d) Projetada por uma equipe de pesquisa da universidade; a robô Xiaomei é capaz de ensinar as lições para as quais foi programada, além de deslocar-se pela sala.
- e) A robô (Xiaomei) é capaz também, de estabelecer interações simples com os estudantes que formam sua audiência.

4) (Ano: 2014 - Banca: FCC - Órgão: TRT - 13ª Região – PB - Prova: Técnico Judiciário - Tecnologia da Informação)

As pesquisas se desenvolviam, pôde-se mais e mais atentar atividade das plantas, como, por exemplo, seu mecanismo de defesa, se lhes tenha tradicionalmente atribuído apenas função vegetativa, marcada por um funcionamento involuntário.

Preenche corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada, o que se encontra em:

- a) À medida que - para a - não obstante
- b) Na medida em que - contra a - por mais que
- c) À medida que - na - para que

d) Na medida em que - na - visto que

e) À medida que - para a - a fim de que

5) (Ano: 2014 - Banca: FCC - Órgão: TRT - 2ª REGIÃO – SP - Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Observadas a regência e a flexão verbal, está correta a seguinte frase:

a) Ressentiu-se, com razão, da oposição da prima, e pensou que, se expusesse com calma seus motivos, poderia obter sua concordância.

b) A casa que, na época, nos instalamos era a que podíamos pagar, mas tínhamos um pacto: se todos se mantessem firmes em seus empregos, moraríamos melhor.

c) Aborreceu-se de tanta conferência de abaixo-assinados e requis transferência para outro setor da administração.

d) Dizem que é ele que obstroi a discussão, por isso, para defender-se, aludiu o nome do responsável pelo atraso.

e) Medio, sim, seu encontro com esse advogado mais experiente, pois sei como você está temeroso pelo poder de argumentação do promotor.

6) (Ano: 2002 - Banca: FCC - Órgão: TRE-PI - Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Diga ela que esteja aqui uma hora para conversarmos respeito do projeto.

a) a - a - à

b) a - à - a

c) à - a - à

d) à - à - a

e) à - à - à

7) (Ano: 2011 - Banca: TJ-SC - Órgão: TJ-SC - Prova: Técnico Judiciário - Auxiliar – Secretaria)

Observe o uso dos termos grifados nos períodos abaixo e assinale a única alternativa com as proposições corretas.

I - O deputado, testemunha arrolada pelo promotor e ouvida como informante do juízo, a algumas perguntas respondeu.

II - A carreira à qual o estudante aspirava era almejada por muitos.

III - A avenida onde ocorreu o acidente é paralela à que vai para fora da cidade.

IV - Providencie-se a execução da pena pecuniária e oficie-se à Justiça Trabalhista.

V - Depois da terrível enchente que ceifou a vida de seu filho, à custa de muito esforço e sacrifício, ela conseguiu se reerguer.

a) III, IV e V.

b) I, II e V.

c) I, II, IV e V.

d) I, II, III e IV.

e) I, II, III, IV, V.

8) (Ano: 2007 - Banca: VUNESP - Órgão: TJ-SP - Prova: Técnico Judiciário)

Texto associado

Da ambição se pode dizer que é uma força que, ao contrário da liberdade, não termina onde a do outro começa. O ambicioso não enxerga o cume nem quando o atinge. O céu para ele não é o limite. Não é por outra razão que os maiores desastres humanos foram gestados

pela ambição sem limites. Em contrapartida, os mais espetaculares saltos intelectuais, científicos e políticos trazem a assinatura de homens e mulheres ambiciosos. (Veja, 01.03.2006)

Assinale a alternativa que altera a voz verbal e mantém a relação agente/paciente da frase: ... os maiores desastres humanos foram gestados pela ambição sem limites.

- a) Foram gestados pela ambição sem limites os maiores desastres humanos.
- b) Pela ambição sem limites foram gestados os maiores desastres humanos
- c) Os maiores desastres humanos gestaram a ambição sem limites.
- d) A ambição sem limites gestou os maiores desastres humanos.
- e) A ambição sem limites é gestada pelos maiores desastres humanos.

9) (Ano: 2017 - Banca: VUNESP - Órgão: TJM-SP - Prova: Escrevente Técnico Judiciário)

A concordância está de acordo com a norma-padrão da língua na frase:

- a) Muito antes de haver história, já existia seres humanos.
- b) Animais bastante similares aos humanos modernos podiam ser encontrado por volta de 2,5 milhões de anos atrás.
- c) Na África Oriental de 2 milhões de anos atrás, certas características humanas familiares poderiam ser muito bem observadas.
- d) Esses humanos arcaicos competiam por status e poder, assim como ocorriam com os chimpanzés, os babuínos e os elefantes.

e) Eles próprios não havia de suspeitar que seus descendentes um dia viajariam à Lua.

10) (Ano: 2016 - Banca: ESAF - Órgão: FUNAI - Prova: Conhecimentos Gerais)

Assinale o trecho em que foram plenamente atendidas as regras de emprego dos sinais de pontuação.

- a) No Alto Xingu, após um ano sem se pintar, sem festejar, sem cortar o cabelo, a família do chefe morto chora, pela última vez, e volta à vida cotidiana. Antes porém, convida todos os povos xinguanos, para uma comemoração de final de luto: o Quarup.
 - b) Juntos, os povos xinguanos homenageiam o chefe morto, representado na festa, por um tronco de madeira pintado e decorado; a existência e o exemplo do chefe ficam assim, gravados na memória das futuras gerações.
 - c) Contra a morte, nada se pode fazer, a não ser lembrar do morto. É o que nos ensina o mito de origem do Quarup, segundo o qual os gêmeos Sol e Lua, ao final de longa saga, tentam, em vão, trazer a mãe de volta à vida.
 - d) A mãe dos gêmeos que fora feita de madeira nobre e se casara com um chefe-jaguar, partira para a aldeia dos mortos. Sol e Lua decidem então, homenageá-la com uma festa, na qual reúnem o povo dos peixes e dos animais de pelo.
 - e) Com a mesma madeira rija de que era feita a mãe, erguem no centro da aldeia, um tronco, imagem viva da memória dela. Desde então, toda vez que um chefe morre no Alto Xingu, realiza-se a festa do Quarup.
- (Adaptado de Tisakisü: tradição e novas tecnologias da memória, Museu do Índio/Funai, p.71.)

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. (Assistente Administrativo – Prefeitura de Resende/RJ 2016 – IBGE) "Ocorre quando a entidade da Administração, encarregada de executar um ou mais serviços, distribui competências, no âmbito de sua própria estrutura, no intuito de tornar mais eficiente e ágil a prestação dos serviços". O presente conceito refere-se à:

- a) descentralização administrativa
- b) centralização administrativa.
- c) concentração administrativa.
- d) desconcentração administrativa.
- e) nenhuma das alternativas.

12. (Analista Judiciário – Área Judiciária TRE/AP 2011 – FCC) A conduta do agente público que se vale da publicidade oficial para realizar promoção pessoal atenta contra os seguintes princípios da Administração Pública:

- a) razoabilidade e legalidade.
- b) eficiência e publicidade.
- c) publicidade e proporcionalidade.
- d) motivação e eficiência.
- e) impessoalidade e moralidade.

13. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF-4 2010 – FCC) Dentre outros, são atributos ou qualidades do poder de polícia:

- a) a discricionariedade e a coercibilidade.
- b) a auto-executoriedade e a forma.
- c) a presunção de legitimidade e a competência.
- d) o motivo e a tipicidade.
- e) a forma e a finalidade.

14. (Técnico Judiciário – Administrativa – TRE/RS 2015 – CESPE) Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) Em sentido amplo, é considerada ato administrativo toda declaração unilateral de vontade do poder público no exercício de atividades administrativas, revestido de todas as prerrogativas de regime de direito público, visando o cumprimento da lei, sujeito a controle jurisdicional, excluídos os atos gerais, abstratos e os acordos bilaterais firmados pela administração pública.

b) O poder discricionário permite que o agente público pratique atos totalmente dissociados da lei.

c) O fenômeno da redestinação lícita se aplica a atos administrativos de desapropriação, quando a finalidade específica é alterada, mas mantém-se a finalidade genérica, de modo que o interesse público continue a ser atendido.

d) O ato administrativo praticado por agente público no exercício de sua função é dotado de presunção absoluta de veracidade.

e) A autoexecutoriedade é atributo de todos os atos administrativos.

15. (Técnico Judiciário – Administrativa – TRE/SP 2017 – FCC) O controle exercido pela Administração direta sobre a Administração indireta denomina-se:

a) poder de tutela e permite a substituição de atos praticados pelos entes que integram a Administração indireta que não estejam condizentes com o ordenamento jurídico.

b) poder de revisão dos atos, decorrente da análise de mérito do resultado, bem como em relação aos estatutos ou legislação que criaram os entes que integram a Administração indireta.

c) controle finalístico, pois a Administração direta constitui a instância final de apreciação, para fins de aprovação ou homologação, dos atos e recursos praticados e interpostos no âmbito da Administração indireta.

d) poder de tutela, que não pressupõe hierarquia, mas apenas controle finalístico, que analisa a aderência da

atuação dos entes que integram a Administração indireta aos atos ou leis que os constituíram.

e) poder de autotutela, tendo em vista que a Administração indireta integra a Administração direta e, como tal, compreende a revisão dos atos praticados pelos entes que a compõem quando não guardarem fundamento com o escopo institucional previsto em seus atos constitutivos.

16. (Agente Penitenciário – SEJUDH/MT 2017 – IBADE) Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

a) Incabível ação regressiva no caso de dolo e culpa do agente público.

b) Na ação regressiva, o prazo prescricional será quinquenal.

c) Nos casos de morte de detentos, é subjetiva.

d) Será objetiva tanto em relação aos usuários do serviço quanto a terceiros não usuários.

e) Tratando-se de ato omissivo, é objetiva porque exige dolo ou culpa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

17. (Analista Judiciário – Área Judiciária TRF-3 2016 – FCC) Nos termos do art. 5º, LIII, da Constituição Federal, “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”. O dispositivo constitucional citado consagra o princípio:

a) do juiz natural.

b) do contraditório.

c) da inafastabilidade da jurisdição.

d) da ampla defesa.

e) do devido processo legal.

18. (Analista Judiciário – Área Judiciária TRF-4 2010 – FCC - adaptada) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade,

à igualdade, à segurança e à propriedade são garantias previstas na Constituição Federal

a) aos brasileiros, não estendidas às pessoas jurídicas.

b) aos brasileiros natos, apenas.

c) aos brasileiros natos e aos estrangeiros com residência fixa no País, apenas.

d) aos brasileiros naturalizados, apenas.

e) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.

19. (Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador – TRF-4 2014 – FCC) A Lei Orgânica, como modalidade de lei fundamental na disciplina de seu regime político, está prevista na Constituição Federal para

a) Distrito Federal, somente.

b) Municípios, Territórios e o Distrito Federal.

c) Territórios e o Distrito Federal.

d) Municípios, somente.

e) Municípios e o Distrito Federal.

20. (Assistente em Administração – IF Farroupilha/RS 2016 – FCM) Sobre a Constituição da República de 1988:

I. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

II. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

III. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

IV. Conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violação aos seus direitos de elegibilidade.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

21. (Assistente Administrativo I – UNESP 2016 – VUNESP) Conforme dispõe a Constituição Federal em relação aos Princípios Fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) A cidadania e a soberania são princípios que regem as relações internacionais do Brasil.
- b) Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos indiretamente, nos termos da Constituição.
- c) São Poderes da União, dependentes e interligados entre si, o Legislativo e o Judiciário.
- d) Os valores sociais do trabalho e o repúdio ao terrorismo constituem objetivos da República Federativa do Brasil.
- e) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural entre os povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

22. (Analista Tributário da Receita Federal – 2009 – ESAF) Assinale a única opção correta.

- a) Todo o poder emana do povo, que o exerce apenas por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal.
- b) A República Federativa do Brasil não adota nas suas relações internacionais o princípio da igualdade entre os Estados.
- c) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, devendo, ainda, ser efetuado o registro no órgão competente.

d) A Constituição Federal de 1988 não previu os direitos sociais como direitos fundamentais.

e) Embora resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, cabe, no entanto, ao Poder Judiciário determinar, ainda, que, em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais impregnados de estatura constitucional.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23. (Analista Judiciário – Área Judiciária TRE/PR 2012 – FCC) Não se destinando a vigência temporária, a lei

- a) terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- b) vigorará enquanto não cair em desuso.
- c) só poderá ser revogada pela superveniência de nova ordem constitucional.
- d) somente vigorará até que outra lei expressamente a revogue.
- e) não poderá ser revogada.

24. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF-2 2012 – FCC) Segundo o Código Civil Brasileiro, no tocante às Associações, a qualidade de associado, em regra, é

- a) intransmissível.
- b) transmissível de forma onerosa ou gratuita.
- c) transmissível apenas de forma onerosa.
- d) transmissível apenas de forma gratuita.
- e) pública, incondicional e transmissível.

25. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF-1 2011 – FCC) Um saco de cimento e um saco de arroz são bens:

- a) fungível e infungível, respectivamente.
- b) infungível e fungível, respectivamente.
- c) infungíveis.
- d) fungíveis.
- e) não consumíveis.

26. (Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador – TRF-3 2014 – FCC) Marcus, domiciliado em Cuiabá, mas proprietário de empresa com sede em São Paulo e filial em Salvador, pretende ajuizar ação fundada em direito pessoal contra três devedores solidários, residentes, respectivamente, em São Paulo, Curitiba e Salvador. A ação:

- a) poderá ser proposta em São Paulo, Curitiba ou Salvador, a critério do autor.
- b) somente poderá ser proposta em São Paulo.
- c) somente poderá ser proposta em Salvador.
- d) somente poderá ser proposta em Curitiba.
- e) poderá ser proposta no domicílio do autor.

27. (Analista Judiciário – Área Judiciária TRF-2 2012 – FCC) Não poderá ser feita pelo correio, dentre outros casos, a citação:

- a) do funcionário público em geral.
- b) do espólio, na pessoa do inventariante.
- c) do representante de sociedade civil.
- d) da pessoa maior de sessenta anos.
- e) da pessoa jurídica de direito público.

28. (Analista Judiciário – Execução de Mandados – TRF-2 2012 – FCC) O ato de juntada de petições aos autos:

- a) depende de decisão interlocutória do juiz, resolvendo o pedido da parte no curso do processo.
- b) depende de prévio despacho do juiz, ordenando que o servidor assim o proceda.
- c) pode ser feito pelos advogados de quaisquer das partes, independentemente de ordem judicial.
- d) independe de despacho, devendo ser praticado de ofício por servidor e revisto pelo juiz quando necessário.
- e) só pode ser feito em decorrência de sentença pelo juiz, ao apreciar requerimento formulado pela parte.

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

29 - (Estagiário/MP-SP/2017-adaptada) Quanto à teoria do crime, podemos afirmar que são excludentes de culpabilidade:

- a) Coação moral irresistível e obediência hierárquica;
- b) Inimputabilidade e legítima defesa real;
- c) Erro de tipo vencível e erro de proibição inescusável;
- d) Estado de necessidade putativo por erro de tipo inescusável e falta de elemento subjetivo do injusto;
- e) Ausência de dolo e de culpa.

30 - (Estagiário/MP-SP/2017-adaptada) Exclui a imputabilidade penal:

- a) Ser o agente inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato;
- b) A embriaguez voluntária;
- c) A emoção ou paixão;
- d) O concurso de agentes;
- e) A actio libera in causa.

31 - (Estagiário/MP-SP/2017-adaptada) Quanto à temporalidade da lei penal, é correto afirmar:

- a) Lei posterior pode ser criada para condenar o réu por conduta anteriormente praticada;
- b) Ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime;
- c) O réu pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime;
- d) Qualquer que seja a época do delito, pode ser aplicada a lei posterior, ainda que em prejuízo do réu;
- e) Em qualquer caso, será aplicada a lei vigente à época dos fatos.

32 - (Estagiário/MP-SP/2017-adaptada) É INCORRETO afirmar que:

- a) As penas podem ser privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa;
- b) A pena de prestação de serviços à comunidade é modalidade de pena restritiva de direitos;
- c) As penas restritivas de direitos podem substituir as privativas de liberdade quando aplicada pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos;
- d) Na condenação igual ou inferior a 1 (um) ano é cabível a substituição da pena privativa de liberdade por multa;
- e) A pena de reclusão deverá ser cumprida no regime aberto, semiaberto ou fechado.

33 - (Estagiário/MP-SP/2017-adaptada) Sendo o réu condenado em definitivo por pena privativa de liberdade de longa duração e vindo ele a falecer, podemos afirmar que:

- a) A pena será comutada;

- b) A pena será dada como cumprida;
- c) A pena será desconsiderada;
- d) A punibilidade será extinta;
- e) Ocorrerá o perdão judicial.

34 - (Estagiário/MP-SP/2017-adaptada) Sobre a ação penal incondicionada:

- a) Admite a proposição da ação penal privada subsidiária pela vítima em concomitância;
- b) Admite a proposição da ação penal subsidiária com pedido contraposto ao Ministério Público;
- c) Não admite a proposição da ação penal subsidiária, exceto na inércia do Ministério Público;
- d) A proposição da ação penal privada subsidiária depende de rejeição da denúncia oferecida pelo Ministério Público.
- e) Não existe, no ordenamento jurídico brasileiro, a figura da ação penal privada subsidiária.

JUIZADO ESPECIAL

35) (Ano: 2013 - Banca: CESPE - Órgão: TJ-PB - Prova: Juiz Leigo)

No que se refere aos juizados especiais estaduais e federais, assinale a opção correta.

- a) Ao contrário do que ocorre nos juizados especiais estaduais, nos juizados especiais federais, é possível que pessoas jurídicas de direito público figurem no polo passivo das demandas.
- b) Os juizados especiais estaduais e federais têm competência para julgar as causas cíveis de menor

complexidade, assim consideradas aquelas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

c) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os juizados criminais estaduais, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano e, para os juizados criminais federais, não superior a dois anos.

d) Tanto na esfera federal quanto na estadual, cabe pedido de uniformização de interpretação de lei quando há divergência quanto à interpretação da lei entre decisões sobre questões de direito material ou processual proferidas por turmas recursais.

e) Sendo a Lei n.º 9.099/1995 lei especial, as suas disposições, relativas aos juizados especiais estaduais, não se aplicam no âmbito dos juizados federais, já o CPC aplica-se subsidiariamente nos juizados estaduais e federais.

36) (Ano: 2007 - Banca: FCC - Órgão: TRF - 4ª REGIÃO - Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Poderão ser ajuizadas perante o Juizado Especial Federal as causas

a) de divisão e demarcação.

b) sobre bens imóveis das autarquias e fundações públicas federais.

c) que tenham por objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.

d) para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.

e) que tenham por objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.

37) (Ano: 2007 - Banca: FCC - Órgão: TRF - 4ª REGIÃO - Prova: Técnico Judiciário - Área Administrativa)

O Juizado Especial Federal visa à obtenção do máximo rendimento da lei com o mínimo de atos processuais. Tal objetivo diz respeito ao princípio

a) da legalidade.

b) da oralidade.

c) da economia processual.

d) do contraditório.

e) da impessoalidade.

38) (Ano: 2015 - Banca: FGV - Órgão: TJ-PI - Prova: Analista Judiciário - Analista Judicial)

Os Juizados Especiais são previstos pela Constituição, em seu art. 98, I, como competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade. Segundo a Lei nº 9.099/1995, o processo perante os Juizados Especiais Cíveis é orientado, dentre outros, pelo seguinte princípio:

a) escritura;

b) desconcentração dos atos processuais;

c) oralidade;

d) formalidade;

e) não imediação na produção probatória.

39) (Ano: 2015 - Banca: VUNESP - Órgão: TJ-MS - Prova: Juiz Substituto)

No que se refere à intervenção do advogado nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que

a) nas causas de valor superior a cinco vezes o salário-mínimo, a assistência de advogado é obrigatória.

b) nas causas de valor até dez salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

c) nas causas de valor até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.

d) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio da informalidade.

e) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio do acesso à justiça.

40) (Ano: 2015 - Banca: ESAF – Órgão: PGFN - Prova: Procurador da Fazenda Nacional)

Inclui-se na competência dos juizados especiais cíveis federais:

a) ação de desapropriação.

b) execuções fiscais.

c) ação de anulação de lançamento fiscal.

d) ação sobre bens imóveis da União.

e) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.